

Outubro, 168-B/2004, de 18 de Fevereiro, e 865/2004, de 19 de Julho, considerando que:

- Para o local pretendido não existe aberto concurso para instalação de farmácia (n.º 16.º, n.º 1, da citada portaria);
- A farmácia dispõe de alvará emitido há mais de cinco anos (n.º 2 do mesmo número);
- Foi publicado aviso na 2.ª série do *Diário da República* possibilitando que as restantes farmácias do concelho igualmente concorressem (n.º 3 do citado preceito);
- Não houve qualquer outra candidatura à pretendida transferência;
- Foram ouvidas a Administração Regional de Saúde e a câmara municipal interessadas, tendo os respectivos pareceres sido favoráveis à transferência;

deliberou, em sessão do conselho de administração de 13 de Dezembro de 2004 (acta n.º 89/CA/2004), deferir o pedido de transferência da Farmácia Sousa Oliveira para o Largo do Souto, 76, freguesia de Custóias, concelho de Matosinhos, distrito do Porto, nos termos do n.º 6 do n.º 16.º da Portaria n.º 936-A/99, de 22 de Outubro.

20 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo*.

Aviso n.º 25/2005 (2.ª série). — Faz-se público que o conselho de administração do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED), cumprindo o disposto no n.º 1.º, n.º 4, da Portaria n.º 936-A/99, de 22 de Outubro, alterada pela Portaria n.º 1379/2002, de 22 de Outubro, na Portaria n.º 168-B/2004, de 18 de Fevereiro, e na Portaria n.º 865/2004, de 19 de Julho, deliberou anunciar, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do n.º 16.º da mesma portaria, que deu entrada neste Instituto um pedido de transferência de farmácia para a Avenida do Infante D. Henrique, edifício Studio Residence, loja C, freguesia de Santa Maria, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco.

Nos termos do citado n.º 16.º, n.º 3, poderão os proprietários das farmácias do mesmo concelho, no prazo de 30 dias úteis a contar da publicação do presente aviso, requerer a respectiva transferência para o mesmo local, observados os condicionalismos legais em vigor.

20 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Conselho de Administração, *Rui Santos Ivo*.

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL, DA FAMÍLIA E DA CRIANÇA

Instituto da Segurança Social, I. P.

Centro Nacional de Pensões

Despacho n.º 65/2005 (2.ª série). — No uso da faculdade conferida pelo n.º 5 do despacho n.º 20 828/2003, do director do Centro Nacional de Pensões, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 251, de 29 de Outubro de 2003, subdelego:

1 — Na directora de núcleo Marília Rosa Martins Paiva Lima e nos chefes de equipa Delmira da Luz Correia Malha Bruno, Maria Fernanda Rebelo Mendes Veríssimo Coelho, Fernando da Silva Mendonça e Maria da Graça Ricardo Fêo Torres Beirão Oliveira os seguintes poderes:

1.1 — Despachar os pedidos de concessão de prestações de segurança social requeridas ao Centro Nacional de Pensões que se insiram na área de actuação desta unidade;

1.2 — Assinar a correspondência relativa a assuntos correntes dos serviços;

2 — Na directora de núcleo acima mencionada:

2.1 — Autorizar o início de férias e seu gozo interpolado;

2.2 — Os poderes a que se referem os n.ºs 1.2, 1.3 e 1.4 do despacho n.º 20 828/2003, de 29 de Outubro.

3 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura, ficando ratificados os actos praticados no seu âmbito pelos delegados até à mesma data.

29 de Novembro de 2004. — A Directora de Unidade UPIV 1, *Maria José Fradique*.

Despacho (extracto) n.º 66/2005 (2.ª série). — Por despacho do administrador do Centro Nacional de Pensões de 17 de Dezembro de 2004:

Licenciados Miguel Nuno Santos Gomes, Ilda do Carmo Mendes Duarte e Maria Clotilde Lopes Gomes, técnicos superiores prin-

cipais — nomeados na categoria de assessor, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, ficando exonerados dos lugares que actualmente ocupam a partir da data de aceitação destas nomeações. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Dezembro de 2004. — O Director de Unidade, *Clemente Galvão*.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão

Deliberação (extracto) n.º 7/2005. — Por deliberação do conselho directivo deste Centro de Medicina de Reabilitação de 14 de Dezembro de 2004, proferida no uso de competência delegada:

Ana Maria de Oliveria Mendes, enfermeira-chefe — autorizado o regime de horário acrescido de quarenta e duas horas semanais, com efeitos a partir de 6 de Dezembro de 2004.

17 de Dezembro de 2004. — A Administradora-Delegada, *Graça Isabel Bessone Pereira Resende Couto*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Louvor n.º 1/2005. — Na altura em que o assessor do meu Gabinete, Bruno Gonçalo Pinto Martins, cessa, a seu pedido, a sua colaboração com este gabinete ministerial, é-me especialmente grato e de inteira justiça manifestar-lhe publicamente o meu reconhecimento pela forma empenhada e profissional como cumpriu as funções que lhe foram confiadas.

Dotado de elevado brio profissional, aliado à sua disponibilidade, lealdade, dedicação e simpatia demonstradas, é com maior gosto que lhe faço este louvor, dando público testemunho do seu inegável contributo para o reconhecimento externo do trabalho deste Gabinete.

22 de Novembro de 2004. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *António Luís Guerra Nunes Mexia*.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Academia Portuguesa da História

Despacho n.º 67/2005 (2.ª série). — *Aplicação do Sistema Integrado de Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP) na Academia Portuguesa da História — criação do conselho de coordenação da avaliação.* — 1 — No uso das competências próprias no âmbito da gestão dos recursos humanos que são conferidas aos titulares dos cargos de direcção superior pela alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, é fixada a composição do conselho de coordenação da avaliação (CCA) para o processo relativo ao regime transitório de avaliação do desempenho referente ao ano de 2004 determinado pelo artigo 41.º do decreto regulamentar supracitado e para o ano de 2005, com a seguinte composição:

Presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão.

1.º vice-presidente da Academia Portuguesa da História, Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida.

2.º vice-presidente da Academia Portuguesa da História, Prof.ª Doutora Maria Leonor Machado de Sousa.

Secretária-geral da Academia Portuguesa da História, com delegação de competências, Prof.ª Doutora Manuela Mendonça.

Vice-secretário-geral da Academia Portuguesa da História, Prof. Doutor João Luís Cardoso.

1.º vogal da Academia Portuguesa da História, Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno.

2.º vogal da Academia Portuguesa da História, Doutor Fernandes Guedes.

São competências do CCA, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, as seguintes responsabilidades:

- a) Estabelecer directrizes para uma aplicação objectiva e harmónica do sistema de avaliação do desempenho;
- b) Garantir a selectividade do sistema de avaliação, cabendo-lhe validar as avaliações finais e iguais ou superiores a *Muito bom*;
- c) Emitir parecer sobre as reclamações dos avaliados;
- d) Proceder à avaliação do desempenho nos casos de ausência de superior hierárquico;
- e) Propor a adopção de sistemas específicos de avaliação, nos termos previstos na Lei n.º 10/2004, de 22 de Março.

Prestará assessoria ao conselho a técnica profissional especialista principal do IANTT Maria Albertina Franco Batista de Loureiro Pereira.

17 de Dezembro de 2004. — A Secretária-Geral, *Manuela Mendonça*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho n.º 68/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Novembro de 2004 da vice-presidente deste Instituto, por delegação, obtida a anuência do serviço de origem:

Isabel Alexandra Monteiro da Silva, técnica profissional especialista, da carreira técnico-profissional, do quadro de pessoal do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia — requisitada, pelo período de um ano, para exercer funções na Direcção Regional de Lisboa deste Instituto, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005.

15 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Carlos Aleixo Viegas*.

Despacho (extracto) n.º 69/2005 (2.ª série). — Por despacho de 16 de Novembro de 2004 da vice-presidente deste Instituto, por delegação, obtida a anuência do serviço de origem:

José Manuel da Silva Ferreira, auxiliar técnico principal do quadro de pessoal da Reitoria da Universidade Nova de Lisboa — prorrogada a requisição, pelo período de um ano, para exercer funções no Panteão Nacional, com efeitos reportados de 30 de Novembro de 2004.

15 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Carlos Aleixo Viegas*.

Despacho (extracto) n.º 70/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 20 de Dezembro de 2004, por delegação:

Esperança Lopes, contratada em regime de contrato individual de trabalho para exercer funções inerentes à categoria de auxiliar de limpeza no Mosteiro de São Martinho de Tibães — rescindido o contrato a seu pedido, com efeitos a partir de 31 de Dezembro de 2004.

20 de Dezembro de 2004. — O Director do Departamento Financeiro e de Administração, *Carlos Aleixo Viegas*.

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação n.º 8/2005. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 22 de Novembro de 2004:

Dr.ª Maria Clara Alves Ambrósio, juíza, a exercer funções no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga como juíza administrativa — transferida, por permuta, para idêntico lugar do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto.

Dr. Nuno Maria e Sousa Coutinho, juiz, a exercer funções no Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto como juiz administrativo — transferido, por permuta, para idêntico lugar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

(Posse: imediata.)
(Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

Deliberação n.º 9/2005. — Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais de 13 de Dezembro de 2004:

Dr. Victor Adelino Pires Domingues, juiz, a exercer funções no Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel como juiz administrativo — destacado, por conveniência de serviço, e obtida que foi a sua anuência, para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, na área tributária. (Isenta de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

21 de Dezembro de 2004. — O Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, *Manuel Fernando dos Santos Serra*.

COMISSÃO NACIONAL DE PROTECÇÃO DE DADOS

Despacho (extracto) n.º 71/2005 (2.ª série). — Em cumprimento dos n.ºs 1, 4 e 8 do artigo 34.º da Lei n.º 43/2004, de 18 de Agosto, e da deliberação da Comissão Nacional de Protecção de Dados de 14 de Dezembro de 2004, determino a transição de Dina Maria Fernandes da Silva para o quadro de pessoal da Comissão Nacional de Protecção de Dados, com a categoria de tesoureiro, da carreira de tesoureiro, com efeitos a partir de 29 de Novembro de 2004. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Dezembro de 2004. — O Presidente, *Luís Lingnau da Silveira*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Reitoria

Despacho n.º 72/2005 (2.ª série). — 6.º curso de mestrado em *Contabilidade e Auditoria*. — Sob proposta do conselho científico e ao abrigo da alínea e) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 323/84, de 9 de Outubro, e do despacho n.º 10 298/97, de 15 de Outubro, publicado no *Diário da República*, e nos termos da deliberação n.º 108, do senado universitário, em sessão de 29 de Julho de 1997, que instituiu o curso de mestrado em Contabilidade e Auditoria na Universidade Aberta, adiante designado por mestrado, determino o seguinte no que se refere ao 6.º curso (2005-2006):

1 — O prazo de apresentação das candidaturas ao mestrado decorrerá de 10 de Janeiro a 4 de Fevereiro de 2005.

2 — O prazo para confirmação da matrícula e inscrição no mestrado decorrerá entre 17 e 25 de Fevereiro de 2005.

3 — O número de inscrições para o curso de especialização conducente ao mestrado é fixado no máximo de 25 e mínimo de 15.

4 — A percentagem de vagas reservadas a candidatos oriundos de escolas do ensino superior é de 10.

5 — As restantes vagas são abertas a candidaturas individuais ou de outras instituições.

6 — As actividades lectivas terão início em 4 de Março de 2005, nas instalações do ISCAL — Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, na Avenida de Miguel Bombarda, em Lisboa.

7 — O mestrado é um curso de carácter formal, leccionado em regime presencial, às sextas-feiras e sábados e organiza-se pelo sistema de unidades de crédito.

8 — A duração máxima é de dois anos, ocupando a parte curricular um ano (que integra três quadrimestres), encontrando-se reservado o outro ano para a preparação, orientação e apresentação de uma dissertação.

9 — Todas as informações sobre este mestrado serão prestadas pelos Serviços Académicos da Universidade Aberta, Secção de Informações, Rua da Escola Politécnica, 141, 1269-001 Lisboa, por correio electrónico: infosac@univ-ab.pt, fax: 213973417, telefone: 213916300, ou linhas azuis: 808200215 e 808200216.

10 — Plano curricular:

Disciplinas	UC	Crédito ECTS	Horas
1.º quadrimestre			
Teoria da Contabilidade	2,4	6	51
Sistemas de Informação de Gestão . . .	2	5	42